

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

19ª Sessão Ordinária de 2015

(Publicado no DOU, Seção 1, de 25/09/2015, págs. 102-106)

Dia: 13/10/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 17ª Sessão Ordinária (08/09/15) e da 18ª Sessão Ordinária (22/09/15)

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio

Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)

Origem: Espírito Santo

3) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

4) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 06/10/2014

5) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78

Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 28/01/2015

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
- Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ n.º 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.
- Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)
- Origem: Amazonas
- Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
- Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
- Requerido: Ministério Público da União
- Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
- Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 8) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
- Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
- Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
- Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 9) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 10) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 12) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 28/07/2015 – 13ª Sessão Ordinária

- 13) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 14) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001432/2014-41
Requerente: Maxwell Pariz Xavier
Advogado: Diógenes Lemos Calheiros – OAB/CE nº 24.015
Requeridos: Ministério Público do Trabalho
Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que disponibilizem cópias integrais, inclusive gravação de áudio e degravações, do Inquérito Administrativo nº 2.00.000.001762/2014-26, do PIC nº 1.15.002.00709/2013-30 e do PIC nº 1.15.002.000643/2013.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Ceará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 29/07/2015 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 15) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Walter de Agra Júnior
- 16) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

17) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 25/08/2015

18) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20

Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República

Requerido: Ministério Público Federal

Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF nº 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
Cons. Otávio Brito Lopes

19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38

Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República

Requerido: Ministério Público Federal

Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otávio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 08/09/2015

20) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001420/2014-17

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Assunto: Visa apurar a correção das distribuições processuais no Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira

- 21) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001612/2014-23 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Cons. Otavio Brito Lopes
- 22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001733/2014-75
Requerente: Ricardo Barichello Butzer
Advogados: Luciano Galvão Novaes – OAB/RJ n.º 181.650; Paulo Dóron Rehder de Araujo – OAB/SP nº 246.516; e outros
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer que seja desconstituída a decisão de exoneração do requerente, proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, determinando-se, por consequência, o seu vitaliciamento no cargo de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 23) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000249/2015-18 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000468/2015-99)
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Interessados: Ângelo Fabiano Farias da Costa – Vice-Presidente da ANPT
Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer que seja determinado à Procuradoria Geral do Trabalho que efetue o pagamento da ajuda de custo por remoção a pedido aos membros do Ministério Público do Trabalho, cujos atos de remoção se deram em período inferior a 12 meses entre a nomeação e a primeira remoção no cargo.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 22/09/2015

- 24) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001775/2014-14
Requerente: Isis Guimarães de Azevedo – Procuradora de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer a anulação da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Processo n.º 08190.061342/14-47, em razão de suposta ofensa ao princípio da legalidade naquilo em que trata do instituto da reversão.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 26) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otavio Brito Lopes
- 27) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000433/2015-50 (Julgamento Conjunto com os Processos n.º 0.00.000.000472/2015-57 e n.º 0.00.000.000475/2015-91)
Requerente: Juliano da Silva – Promotor de Justiça do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer a determinação para o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devida a membro do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme disposto na legislação estadual.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio Bastos Stica

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

- 28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
- 30) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo nº 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (29/07/2015)

- 31) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA nº 11.024
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato nº 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (18/08/2015)

- 32) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000122/2014-18
Requerente: Harthyan Bruno Schuck de Medeiros
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Trata-se de pedido de providências por supostas irregularidades na alocação da verba anual não gasta destinada ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Santa Catarina
- 33) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001608/2014-65 (Recurso Interno)
Recorrentes: Promotores de Justiça do Estado de Mato Grosso: Alexandre de Matos Guedes; Ezequiel Borges de Campos; Márcia Borges Silva Furlan; Roberto Aparecido Turin; Wagner Cesar Fachone
Procuradores de Justiça do Estado de Mato Grosso: João Augusto Veras Gadelha; Kátia Maria Aguilera Rípoli; Luiz Eduardo Martins Jacob
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior/ OAB-MT nº 6.398
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso
Advogados: José Leovegildo Oliveira Moraes/ OAB-DF nº 16.484
Leonnardo Vieira Moraes/ OAB-DF nº 36.694
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso
- 34) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
- 35) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (08/09/2015)

- 36) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000563/2012-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins
Interessado: Ercílio Bezerra de Castro - Presidente da OAB/TO
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Tocantins
- 37) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000350/2015-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Edson Sousa da Silva
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

Processos desta Sessão (13/10/2015)

- 38) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000590/2012-12
Requerente: José Hamilton Saraiva dos Santos
Assunto: Requer a manifestação deste Conselho Nacional, no sentido de que seja expedida Recomendação ou Resolução interpretativa para esclarecer o alcance do parágrafo único do art. 15, da Resolução CNMP nº 13/2006.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Amazonas
- 39) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000886/2012-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Revisão de Procedimento Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 40) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000548/2013-82
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2011, que tramitou no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 41) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001061/2013-17
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa apurar denúncia de suposta venda de bebês pela internet.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

- 42) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000119/2014-96
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle de projeto de lei que cria o "Núcleo de Apoio Volante", a ser composto por analistas e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, bem como que seja recomendado ao Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado que se abstenha de criar ou aumentar o número cargos em comissão.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 43) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000497/2014-70 (Pedido de Revisão)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Pedido de Revisão de decisão monocrática proferida em Procedimento de Controle Administrativo instaurado conforme o item nº 18.2.0.1.2 do relatório conclusivo da inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro, referente a despesas com a licença denominada tríduo.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio de Janeiro
- 44) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001160/2014-80 (Apensos: Processos n.º 0.00.000.000412/2012-91 e n.º 0.00.000.001633/2013-68)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Rafael da Cás Maffini – OAB/RS n.º 44.404
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 45) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001179/2014-26
Requerente: Eva Maria Santos da Conceição
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Requer providências em relação à atuação de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe, em processo de curadoria nº 201010500024, o qual supostamente contém diversas irregularidades.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Sergipe
- 46) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001483/2014-73 (Embargos de Declaração)
Embargante: Miguel Angelo Campos Teixeira
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro

- 47) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – SINDIPÚBLICOS
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em razão das alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele Órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 48) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001676/2014-24 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fânia Helena Oliveira de Amorim – Promotora de Justiça/MT
Advogado: José Fábio Marques Dias Júnior – OAB/MT n.º 6.398
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que decidiu pela perda de objeto e determinou o arquivamento do feito, no qual é requerido o controle da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso no processo administrativo Gedoc n.º 005054-001/2014, que anulou a sessão de julgamento ocorrida no dia 04/08/2014 e renovou o afastamento cautelar da requerente, pertinente ao processo n.º 003776-001/2014.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Mato Grosso
- 49) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2014-44 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001755/2014-35)
Embargante: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo e determinou a remessa de cópia da referida decisão, bem como da matéria jornalística à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, para acompanhar o cumprimento integral da Resolução CNMP n.º 89/2012, alterada pela Resolução CNMP n.º 115/2014, no prazo de 30 (trinta) dias.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio de Janeiro
- 50) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001802/2014-41
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Interessados: Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro – Diretora Financeira da ANPT
Ângelo Fabiano Farias da Costa – Vice-Presidente da ANPT
Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT
Assunto: Requer a extensão do pagamento do auxílio-moradia a todos os membros do Ministério Público aposentados, em respeito ao princípio da paridade insculpido no art. 40, §8º, da Constituição Federal.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

- 51) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
- 52) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000116/2015-33
Requerente: Hasiel da Silva Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em caso de venda ilegal de medicamentos, objeto do processo n.º 0099086-84.2010.8.190002, que tramita na 4º Vara Criminal de Niterói.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro
- 53) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000122/2015-91 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Fabiano de Melo
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
- 54) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000130/2015-37
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Estado de Goiás, do acompanhamento e processamento de ações judiciais que envolvem sistemáticas violações aos direitos humanos naquele Estado, conforme apontado em decisão exarada pelo Superior Tribunal de Justiça, encaminhada ao conhecimento deste Conselho Nacional.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 55) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000137/2015-59
Requerente: Alonso Gomes Campos Filho – Promotor de Justiça/SE
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Requer a restauração do pagamento do auxílio-moradia devido a membro aposentado do Ministério Público do Estado de Sergipe, bem como que lhe sejam concedidas as gratificações retroativas, não pagas, desde o mês de outubro de 2013.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

- 56) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000180/2015-14
Requerentes: Elizabeth Hage Thome Krause; Janice Dias
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Pedido de providências quanto a diversas reclamações de falta de condições de trabalho e irregularidades quanto aos cargos no Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraná
- 57) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
- 58) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000318/2015-85
Requerente: Carlos Eduardo Magalhães de Almeida – Corregedor-Geral do MPDFT
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 08190.033725/13-11, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 59) Avocação n.º 0.00.000.000337/2015-10
Requerente: Flávio Bussab Della Líbera – Promotor de Justiça/AC
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Assunto: Pedido de Avocação dos Processos Administrativos Disciplinares nº 001/2015, 002/2015, 003/2015, 003/2014, 004/2015 que tramitam no Ministério Público do Acre.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Acre
- 60) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000372/2015-21
Requerente: José Arturo Iunes Bobadilla Garcia – Promotor de Justiça/MS
Advogado: Andre Luiz Borges Netto – OAB/MS nº 5.788
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Assunto: Requer a suspensão da tramitação do Processo Administrativo PGJMS/10/1380/2013, que trata de remoção compulsória, em razão de irregularidades de atos praticados no curso processo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Mato Grosso do Sul

- 61) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000377/2015-53
Requerente: Rogerio Porto Pestana – Promotor de Justiça/ES
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 33128/12, que tramitou no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Espírito Santo
- 62) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000480/2015-01 (Recurso Interno)
Recorrente: Mariene Lopez Fernandes
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo
- 63) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000498/2015-03 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00063/2015-13)
Recorrente: Alexandre Oliveira Soares
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que não conheceu Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente o pedido, que visava ao controle da quantidade de cargos em comissão no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Espírito Santo

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (08/09/2015)

- 1) Proposição nº 1.00060/2015-52
Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposição. Emenda Regimental. Alteração. art. 12, § 1º do RICNMP.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (13/10/2015)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00007/2015-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Evandro Teixeira
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que tem por objeto: Oficial de Promotoria. Minas Gerais. Nomeação Ilegal. Prejuízo ao 1º colocado.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Minas Gerais

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00037/2015-02
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Apuração. Legalidade. Pagamento. Auxílio-creche. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Sul
- 4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00063/2015-13
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessado: Gerson Correia de Jesus
Objeto: Controle. Iniciativa. Criação. 216 Cargos comissionados. Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Prejuízo aos aprovados em concurso público.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Espírito Santo
- 5) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00070/2015-05
Requerente: Helio Fredolino Faust
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Revisão. Processo Disciplinar. GEDOC nº 000030-024/2014, que tramitou no Ministério Público do Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
- 6) Pedido de Providências n.º 1.00080/2015-41
Requerente: Lilia Cristina Araujo Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Providências. Atuação. Denúncia Caluniosa. 69ª e 71ª Promotorias de Natal. 71ª Promotoria de Natal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio Grande do Norte
- 7) Pedido de Providências n.º 1.00091/2015-40
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Sergipe

- 8) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00105/2015-99 (Recurso Interno)
Recorrentes: Antonio César Abrão da Silva Neiva; Renata Alves Santana
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que tem por objeto: XII Concurso. Ministério Público do Estado do Pará. Provimento de Cargos. Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto. Resolução CNMP nº 14. Recursos das provas discursivas corrigidos pelas mesmas pessoas que corrigiram as provas.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Pará
- 9) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00125/2015-88 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que tem por objeto: Solicitação de informações sobre os vencimentos de servidor ocupante de cargo em comissão. Indeferimento do pedido de acesso à informação pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Pará. Desrespeito à Lei de Acesso à Informação. Descumprimento às Resoluções do CNMP.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Pará
- 10) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00128/2015-49
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 11) Pedido de Providências n.º 1.00131/2015-08
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Ângelo Fabiano Farias da Costa
Objeto: Determinação. Administração do Ministério Público do Trabalho. Tributação. Imposto de Renda. Abono Permanência. Caráter Indenizatório.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

- 12) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00135/2015-22
Requerentes: Erica Oliveira de Souza; Thaise Nascimento Silva Lima
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia; Thiago Pimentel Santiago
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Remoção de Servidores. Ato nº 141/2014. Falta de regulamentação dos critérios utilizados para remover servidor. Anulação do art. 9º do Ato Normativo nº 020/2014. Remoção de Ofício. Vagas devem ser suprimidas por meio de Edital.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Bahia
- 13) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00143/2015-60
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Nomeação. Cargo em Comissão. Irregularidades. Gratificação. Nepotismo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz Da Nóbrega
Origem: Ceará
- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00146/2015-20 (Recurso Interno)
Recorrente: João Paulo de Freitas Souza; Sindicato dos Servidores do Ministério Público da Bahia; Thiago Pimentel Santiago
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que tem por objeto: Descumprimento. Resolução CNMP nº 53/2010. Revisão anual. Remuneração dos Servidores. Índice Inflacionário. Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Bahia
- 15) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00163/2015-59
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Irregularidades. Divulgação do Gabarito. Prova Discursiva. Espelho de Prova. Violação ao Direito de Recurso. 91º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: São Paulo
- 16) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00166/2015-10
Requerente: Luiz Roberto Costa Russo
Requerido: Ministério Público Do Estado De São Paulo
Objeto: 91º Concurso para ingresso na carreira. Ministério Público do Estado de São Paulo. Prova escrita. Não disponibilização dos critérios de correção. Espelho da prova. Concessão de novo prazo para interposição da irresignação. Pedido liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: São Paulo

- 17) Pedido de Providências n.º 1.00167/2015-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Diegues Cruz
Objeto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Pedido de Providências, que tem por objeto: Denúncias realizadas com base legal em artigo derogado do Código Penal. Promotores de Justiça. Desrespeito aos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 18) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00168/2015-27
Requerente: Tales Alves Paranaíba
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Suspensão. 91º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo. Divulgação do Espelho de Prova. Reabertura do Prazo para Recursos.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: São Paulo
- 19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00171/2015-96
Requerente: Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Irregularidades. Divulgação do Gabarito. Prova Discursiva. Espelho de Prova. Violação ao Direito de Recurso. 91º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: São Paulo
- 20) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00172/2015-40 (Recurso Interno)
Recorrentes: Aldo Clemente de Araujo Filho; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Descumprimento. Resolução CNMP nº 53/2010. Determinação de Prazo para Finalização de Procedimentos Administrativos. Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores do Ministério Público. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Índice de 9,56%.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
- 21) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 1.00228/2015-84
Requerentes: Anísio Marinho Neto; Arly de Brito Maia e outros
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Anulação e desconstituição de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Requer garantia do cumprimento do acordo homologado nos autos da RPA nº 0.00.000.000968/2013-69. Cessão de servidores do TJ/RN. Cargos comissionados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público